



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA: UMA QUESTÃO ALÉM DO GÊNERO

Kerlanny do Amaral Sousa¹

Regina Teodósio dos Santos Rodrigues²

Resumo: Este estudo buscou analisar a atuação profissional da Assistente Social na intervenção à mulher negra, em situação de violência intrafamiliar, atendida no Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher (CREAM), em Santarém. Os resultados indicam a necessidade de eliminar a naturalização da violência e trabalhar essa expressão social livre de articulações tecnicistas.

Palavras-chave: Serviço Social. Violência Intrafamiliar. Gênero. Mulher Negra.

Abstract: This study sought to analyze the professional role of the Social Worker in the intervention of black women in situations of intrafamily violence attended at the Specialized Reference Center for Women's Care - CREAM in Santarém. The results indicate the need to eliminate the naturalization of violence and to work this social expression free of technicalist articulations.

Keywords: Social Work. Intrafamily Violence. Gender. Black Woman.

INTRODUÇÃO

Este estudo resulta de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendida publicamente em junho/2018, no Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Luterano de Santarém, oeste do Pará, que abordou a questão da violência contra a mulher negra, recebida pelo CREAM de Santarém, bem como a atuação da Assistente Social no âmbito da intervenção. Na aceção das questões abordadas, a problematização se direcionou a partir das seguintes interrogações: Qual o perfil socioeconômico e étnico-racial das mulheres em situação de violência intrafamiliar referenciadas ao atendimento no CREAM? As questões de gênero e raça, relacionadas com a afirmação identitária da mulher negra, contribuem com a majoração da violência intrafamiliar? Qual o *ethos* profissional e a instrumentalidade do Serviço Social operacionalizadas no CREAM quando em atendimento à mulher negra em situação de violência intrafamiliar?

A seleção dessa temática sobreveio em virtude dos expressivos números da estatística nacional de violência que sofrem mulheres negras, pelo que se despertou a

¹ Profissional de Serviço Social. Centro Universitário Luterano de Santarém. E-mail: <kerlannyamaral@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Conselho Regional de Serviço Social. E-mail: <kerlannyamaral@gmail.com>.

curiosidade de melhor conhecer se, em Santarém, a mulher negra reconhece e percebe os desafios inerentes a sua condição. A partir do objetivo geral, um dos objetivos específicos foi conhecer o *ethos* profissional e a instrumentalidade do Serviço Social manejados pela profissional quando na intervenção junto a mulher negra, em situação de violência intrafamiliar atendidas no CREAM. A metodologia deste estudo se fez mediante apreciação das informações captadas na coleta de dados por meio da pesquisa documental e as indicações coletadas na entrevista com a profissional do Serviço Social.

Diante da classificação de raças entre superiores e inferiores, cuja afirmação de beleza se baseia em uma ilusória democracia racial que enaltece a branquitude, a renúncia ou desvalorização da negritude pode ser uma potente contribuição para suprimir ou entardecer o entendimento de declaração e pertencimento, tanto subjetiva como historicamente construídos. Em face disso, a questão da violência intrafamiliar envolvendo a mulher negra ainda não é tratada sob o prisma da complexidade desse fenômeno: por um lado reside o processo de aceitação e afirmação identitária e, por outro, não se assimila o racismo como expressão intrínseca ao processo da violência intrafamiliar.

O Serviço Social, a partir dos valores que o legitimam, reconhece essa problemática como uma expressão que depende de procedimentos interventivos e a atuação da/o assistente social nesse âmbito sugere a superação da cultura histórica do pragmatismo, da naturalização e criminalização da mulher, sobretudo a mulher negra em situação de violência intrafamiliar. As dimensões da profissão formam o *ethos* profissional e possuem embasamento viabilizadores de respostas qualificadas, legitimadas para uma atuação livre de princípios moralizadores e tecnicistas, entretanto, isso se manifesta a partir da maneira como o/a profissional configura, designa e interpreta esse fenômeno social.

A abordagem deste estudo pode contribuir aos debates, no tocante à correlação do *ethos* profissional com uma intervenção em sua totalidade, por meio de uma atuação que busca respostas a partir dos critérios traduzidos pela interseccionalidade, com base na instrumentalidade do Serviço Social, que não se materializa em coerência com paradigmas que intentam fragmentar o exercício profissional, ou firmá-lo sob concepções superficiais. Pode, também, cooperar com a disseminação de discussões em diversos formatos sobre as questões relacionadas à mulher negra junto à comunidade acadêmica, a sociedade e a categoria de assistentes sociais, a fim de propagar reflexões para além do recorte de gênero, raça e reafirmar a importância e

necessidade dessa pauta dentro do Serviço Social, sendo um dos princípios instituídos no Código de Ética Profissional.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE

“É correto dizer que a humanidade se divide em grupos que diferem claramente entre si, pela estrutura física e cor da pele? [...]. Ou ao contrário, no âmbito de toda essa diversidade, rotular as pessoas com segurança, subdividi-las em grupos raciais diferenciados [...] e pelo que sabemos a tal ponto que pode se largar mão disso?” (BARBUJANI, 2007 p.52)

Embasado por questões levantadas no site do fórum do Jornal *The New York Times* sobre a origem humana, o geneticista Guido Barbujani apresenta provocações fundamentadas pela biologia, a fim de pontuar a vasta discussão sobre a invenção das raças. Para ele, raça é o nome que a biologia usa para nomear grupos de indivíduos distintos no interior de uma espécie a fim de diferenciar um homem de um chimpanzé, por exemplo. Sobre a existência da divisão e classificação de raças, o geneticista pontua esse entendimento como posto culturalmente e não nas características dos genes.

O ativista Wilson Honório da Silva traz uma relevante análise em seu livro “*O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*” e define raça como um conceito moldado pelos interesses da burguesia e pelo ideal de branquitude, por meio da estratégia que absorveu e recorre aos mecanismos como educação, mídia, exclusão socioeconômica, padrões de beleza e estética e a repressão policial, para mostrar que um modelo a seguir sempre foi o branco, fixado em um mundo marcado por séculos de uma escravidão que menospreza e “animaliza” homens e mulheres negras, enaltecendo os privilégios somados a valores essenciais e universais, firmados pelo embranquecimento e aprovados pela humanidade.

Daí a comparação a um “segundo parto”, quando um/uma negro/a rompe com os padrões tidos como bons e civilizados. É o nascer da negritude, com entendimento, apreensão e coragem de assumir-se como uma pessoa negra, é a transição capilar permitindo o cabelo se expressar naturalmente, é se reconhecer como parte daqueles/as cuja essência é ser questionado/a em tudo o que faz, é perceber que a luta é contínua e constante. Wilson percebe o aumento da consciência e da identidade racial atualmente no Brasil como um alento, dada as especificidades do momento político, e diz da necessidade de refletir sobre a importância entre negras e negros, definirem sua identidade, a autodeclaração.

[...] o fato é que, embalados por lutas por cotas, denúncias e mobilizações contra o genocídio³ da juventude negra e várias outras questões, mais e mais negros e negras (incluindo os de pele “mais clara”) estão assumindo sua negritude. Reflexos disto vão da retomada orgulhosa do *Black Power* e dos crespos ao resultado do Censo de 2010 que, pela primeira vez (desde os anos 1870), apontou que o Brasil tem uma maioria (cerca de 50,7%) de não-brancos (SILVA, 2016 p.98)

Um marco importante na sociedade brasileira, pessoas negras reconhecendo-as sem o uso de afirmativas dispostas pela branquitude. Estão, cada vez mais, distanciando-se das classificações “morenas”, “moreno-claro”, “moreno escuro”, dentre outros termos que intentam afastar sua história, sua origem.

CONDIÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O OLHAR SOBRE A MULHER NEGRA

Analisar as questões de gênero para Ferreira (2014), requisita-se observar as estruturas das sociedades de classe, onde as diferenças são tratadas como desigualdades, sendo elas um meio de sujeição à mulher, refutando, assim, sua condição humana de igualdade. Essa concepção categoriza-a como um ser colocada à margem da sociedade, quando comparada ao homem.

Para Bourdieu (2009) o efeito deste poder se dá por meio da dominação expressa pela “força simbólica”, com efeito seja na etnia, gênero, na cultura e etc., e são exercidas através “dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus*⁴ e que fundamentam aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura”. Os esquemas da dominação desempenhada pela “força simbólica”, a que ele se refere, traz o

³ “Segundo dados do Mapa da Violência no Brasil observou-se que na década compreendida entre 2002-2012 há uma significativa queda no número de homicídios de jovens brancos, ao passo que aumenta o morticínio de jovens negros. Enquanto em 2002 morriam 10.072 jovens brancos para cada 100 mil habitantes, esse número decaiu para 6.823 em 2012. Não obstante, o número de homicídios de jovens negros saltou de 17.499 para 23.160 no mesmo período. Houve um decréscimo de 32,3% na morte de jovens brancos ao passo que os jovens negros vitimados aumentaram 32,4%, é dizer que para cada branco morto, morrem 2,7 negros”. POR LEONARDO QUEIROZ *in*: **O genocídio da juventude negra no Brasil** disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-genocidio-da-juventude-negra-no-brasil/>> Acesso em 24 nov. 2017.

⁴ Um dos conceitos da teoria de Pierre Bourdieu na intenção de desfazer os antagonismos primários presentes no conhecimento científico e no senso comum, convidando-nos a pensar na ação humana de forma dual. O conceito de *habitus* define-se como um “sistema de disposições para a ação”, feito uma noção mediadora entre a estrutura e o agente em que se procura incorporar todos os graus de liberdade e determinismo presentes na ação dos agentes sociais. Contudo, Bourdieu conceitua a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, como forma de captar o modo como a sociedade se deposita nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, capacidades treinadas, e modos de pensar, agir e sentir, bem como, as respostas às situações do meio social que trazem respostas essas guiadas pelas disposições apreendidas no passado. Por FELIPE ANTÔNIO. Disponível em: <<https://sociologando.wordpress.com/2008/04/06/habitus/>> Acesso 24 nov. 2017.

entendimento de que “[...] força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de pré-disposições colocadas como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (BOURDIEU, 2009 p.50).

Pré-disposições estas, percebidas na educação diferenciada na família, na escola e na sociedade para meninos e meninas, ao passo que Ferreira (2014) versa sobre a maneira como as sociedades de classes constroem os papéis dissemelhantes, com predeterminações estabelecidas mesmo antes do nascimento, cujas definições dos papéis de gênero acentuar-se-ão, à medida em que as respectivas escolhas de profissão e postura na sociedade sucederem. O posicionamento das mulheres mediante tais imposições foi se estruturando à medida em que os Movimentos Feministas propagavam seus ideais.

No Brasil, o feminismo teve sua gênese em meados do século XIX, período em que as mulheres não tinham direito ao voto, menos ainda de participar da vida pública/política, dado que se primava pela autoridade masculina, negando assim, a integração da mulher à sociedade. As conquistas foram se enumerando, mas não alcançavam todas, pois o Movimento Feminista brasileiro se recusava a reconhecer a existência da dimensão racial quando se trata de gênero. “A mulher negra não era temática alcançada mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina” (CARNEIRO, 2011 p. 121). Para as mulheres negras, somente a partir da década de 1980 que o feminismo negro começa a ganhar visibilidade por intermédio dos primeiros Coletivos de Mulheres Negras e Encontros Nacionais e Estaduais. À vista disso, a incorporação da perspectiva racial é fundamentada na medida em que raça reconfigura a forma como as mulheres negras vivenciam gênero na sociedade.

Nessa acepção, Joice Berth em seu livro “*o que é empoderamento?*” traz uma análise histórica desse conceito – que por vezes é interpretado superficial e puramente como dar poder alguém ou reconhecer o poder em si – para que se entenda sua importância. Uma mulher negra, arquiteta e urbanista, que conduzida por pensadoras como Angela Davis, Patrícia Collins, Bell Hooks, e a pesquisadora e Assistente Social americana Bárbara Solomon, adverte sobre a importância de entendermos “o que é poder e de que tipo de poder estamos falando” antes de definirmos o que é empoderamento.

Ela traz indicações fundamentadas nos estudos a partir da teoria do empoderamento, que revelam a necessidade de compreendê-la como ferramenta

emancipatória, principalmente quando se percebe opressor e oprimido, dado que esses lugares são definidos por marcadores sociais (gênero, raça, sexualidade e outras identidades) e não de maneira abstrata. Diz também que se empoderar não se resume ao processo de autocrescimento e autodescoberta, mas pensar conjuntos de estratégias antirracistas, antissexistas e anticapitalistas. “Em uma realidade capitalista é importante criar estratégias de fortalecimento econômico [...] vale para fortalecimento financeiro, afetivo, dentre tantos que oxigenam a corrida de grupos oprimidos pela existência digna, sobretudo mulheres negras” (BERTH, 2018 p. 131). Nessa lógica, Joice Berth realça que o feminismo negro não pode ser visto como um complemento do feminismo dito universal, por ser um caminho onde mulheres negras possam ponderar formulações políticas capazes de pensar projetos e estratégias que alcancem a abordagem e enfrentamento às opressões estruturais.

Para Jurema Werneck (2017), a história da mulher negra se plasma inspirada em nomes das lideranças dos Movimentos Sociais e em personalidades “destaque” desde a sua juventude, que lutaram por seus espaços e pelas conquistas que, hoje, possibilitam outras mais. Contudo, ela assinala a semelhança do Brasil do passado com a atualidade pela necessidade de “protagonizar lutas cotidianas para ocupar lugares e para que o mundo seja um lugar mais justo, seguro e íntegro [...] ser mulher negra no Brasil de hoje é sinônimo de luta!

SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO

O Serviço Social é uma profissão cuja atuação está vinculada à condução das políticas sociais e, sendo seu objeto, as expressões da questão social, atua no enfrentamento desta e na garantia e mediação do acesso das/os usuárias/os aos serviços dispostos pelas medidas de proteção social. Considerando a abrangência dos campos de atuação da/o assistente social, salienta-se aqui a ação deste na política de atenção a mulher, especialmente, a mulher em situação de violência. Sobre esse aspecto, Behring e Boschetti (2008) evidenciam que não há uma definição quanto ao início da intervenção estatal através de Políticas Sociais. Contudo, afirmam que a origem está ligada à ascensão dos movimentos sociais.

Segundo Queiroz e Diniz (2014), a violência contra a mulher é uma expressão da questão social bastante presente, demandando então, intervenção estatal por meio das políticas sociais públicas. Elas apontam como produto do trabalho das/os assistentes sociais tais questões que envolvem desigualdades de gênero, raça e classe,

configurando-se assim, matéria-prima de sua intervenção. Evidenciam que o avanço da mundialização do neoliberalismo estabelece a necessidade de redefinir as formas de enfrentamento às novas problemáticas, dado que:

A apropriação das categorias relações sociais de gênero, patriarcado e raça pelas/os profissionais de Serviço Social se faz necessária para uma apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações para além das classes, pois a realidade sobre a qual as/os assistentes sociais se debruçam é complexa e multifacetada, sendo necessário, portanto, desvendar seus vários determinantes.

Nesse seguimento, Yazbek (2004) aponta:

As novidades no desenho institucional da assistência e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, têm que ser examinadas no contexto paradoxal de expansão da política econômica neoliberal globalizada, sendo que o grande desafio é o fortalecimento da esfera pública. A construção da área da assistência social como direito, [...] na Política Nacional de Assistência Social – PNAS -, sob a perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, é uma difícil tarefa em razão do objeto desse direito: a pobreza e a exclusão, ampliando a abrangência da intervenção profissional na implementação da política. Dito de outro modo, a assistência social como política pública de garantia de mínimos não pode prescindir do paradigma da universalização de direitos tampouco deixar de restringir seu foco aos 'necessitados', de acordo com os eixos da proteção básica e especial, interferindo na inclusão nas demais políticas sociais.

Os direitos sociais, construídos a partir de relações concretas, buscam atender às necessidades expressas de acordo a historiografia e a produção das classes. No enfrentamento à violência contra a mulher. O Serviço Social está inserido em vários espaços-ocupacionais, sendo as características destes as responsáveis por direcionar quanto aos instrumentais técnicos a serem utilizados.

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DA ENTREVISTA REALIZADA COM A ASSISTENTE SOCIAL DO CREAM

Esta execução se pautou por entrevista orientada por formulário organizado em seis eixos: identificação, formação, relações de trabalho, intervenção profissional no CREAM, a atuação profissional no atendimento a mulheres negras em situação de violência intrafamiliar e o ponto de vista profissional sobre este fenômeno. No que se refere à identificação, trata-se de profissional do sexo feminino, na faixa etária de 41 a 51 anos, que se graduou em Serviço Social em uma instituição particular, no estado do Amazonas, em meados do ano 2010, e está inscrita em formação continuada, em uma instituição particular de Santarém.

Sobre as relações de trabalho como assistente social, tempo de atuação na política de assistência social, forma de ingresso no CREAM, tempo de atuação, carga

horária semanal e o cargo que ocupa, a profissional expôs que atua há mais de seis anos na política de assistência social, é servidora pública municipal e ingressou no CREAM quando remanejada do CREAS, seu antigo espaço ocupacional. O exercício profissional como assistente social no referido Centro ocorre há quase quatro anos e sua carga horária é 30h semanais.

Acerca dos projetos ou programas oferecidos na unidade, dos instrumentos técnicos utilizados no cotidiano do trabalho, das estratégias de articulação intersetorial no processo de trabalho e como ocorrem as atividades do serviço social, a profissional relatou que ocorrem oficinas ligadas ao artesanato, como pinturas em garrafas e criação e montagem de flores de papel – geralmente o tipo dupla-face – sendo estas uma maneira de incentivar e contribuir com a geração de renda. Expôs que estas oficinas normalmente ocorrem no espaço do CREAM e uma profissional, remunerada pela prefeitura municipal, é direcionada para ministrar os cursos. Entretanto, ela relata o fato onde uma usuária já ministrou um curso sobre preparo de salgadinhos e se lembra de um momento em que ela mesma também ministrou uma oficina sobre criação e montagem de flores de papel. Assinalou que os projetos e programas ofertados pelo CREAM têm parceria com entidades prestadoras de serviços, empresários locais e ponderou que o número de vagas é considerado simbólico, tornando a oferta insuficiente, quando comparada ao número das usuárias.

Ao ser perguntada sobre os instrumentos técnicos utilizados no cotidiano do trabalho, a assistente social revelou a Entrevista, a Visita Domiciliar, a Observação, a Mediação e o Relatório Social. Comentou sobre a importância que a instrumentalidade do serviço social agrega ao fazer profissional e disse que o instrumento a ser utilizado se define mediante à especificidade do atendimento. Nesse sentido, pontuou a visita domiciliar como um instrumento capaz de desvelar a realidade da família, pelo que disse: *“in loco pode-se captar aspectos que na instituição não é aparente”*, e afirmou que a partir disso, é possível compreender melhor o contexto e perceber se há idosos na estrutura familiar, para também lhes orientar quanto aos direitos sociais.

Em referência às estratégias de articulação intersetorial no processo do trabalho, a assistente social pontuou que o acolhimento ocorre normalmente, com todos os membros da equipe técnica, mas respeita-se quando a usuária expõe a preferência de ser atendida de forma mais reservada e considera uma estratégia a fim de evitar que a mulher repita o relato, por vezes constrangedor, a fim de assegurar à usuária a existência de uma equipe pronta para atender, considerando o momento e condição. Nesse sentido, a profissional relatou sobre os casos de ausência de alguma profissional,

seja por tarefa fora da instituição ou por decisão da mulher, quando então se encaminha para o setor integrante da Rede de Proteção, onde compete atender a demanda. Isso ocorre devido às atividades do serviço social ocorrerem em equipe multidisciplinar, em parceria com a Rede de Proteção, bem como parceiros externos como instituição de ensino superior particular e algumas entidades governamentais.

Das questões referentes a atuação profissional, perguntou-se sobre as dificuldades e facilidades para atuação e intervenção profissional quando em atendimento à mulher negra no CREAM; se existe frequência de casos reincidentes e se dispõe de algum instrumento mensurador dos índices dessas situações e, ainda, se realiza algum tipo de acompanhamento pós-atendimento para além da abordagem ocorrida no CREAM. Das dificuldades e facilidades para intervenção profissional quando em atendimento à mulher negra, a assistente social considerou como dificuldade o fato da maioria não se reconhecer como negra, mesmo se, aparentemente, tenha um tom de pele que não seja branco.

Afirmou perceber um comportamento definido como auto discriminatório, devido à negação da cor da pele e que, por se tratar de uma informação auto declaratória, as profissionais não interferem quanto a isso. Disse também que a dificuldade acresce, por conta dos equipamentos municipais de proteção nem sempre perceberem a mulher no recorte social de classe e raça, tratando-as nas respectivas intervenções como se as oportunidades estivessem para todas.

Isto posto, não houve relato sobre facilidades. Em relação à frequência de casos reincidentes, a profissional respondeu afirmando a existência desse quadro no CREAM, mas declarou a inexistência de um instrumento indicando os índices correlacionados a essa situação. Contou que em casos de retorno à vivência de novas violências, a equipe técnica acolhe e sensibiliza a usuária a não interromper os atendimentos. Quando perguntada sobre a existência de abordagem de pós-atendimento, a entrevistada respondeu sim, relatando a ocorrência de visitas domiciliares semanais, conforme as necessidades de cada caso, e acentua que o serviço social não atua de forma isolada, devido ao formato de equipe multidisciplinar, necessitando, então, em algumas vezes, de estudos de casos realizados em equipe e compartilhamento de situações, como forma de elaborar estratégias para a intervenção.

Sobre a percepção profissional sobre a temática deste estudo, foi-lhe perguntado se considerava necessária ou não a participação de assistentes sociais, em debates que protagonizam discussões relacionadas ao gênero e identidade racial e se há alguma participação da profissional em eventos ou movimentos que tenham esse tema como

matéria principal. A Assistente Social pontuou como necessária a participação, estendendo às associações de bairros, comunidades ribeirinhas, associações de agricultores e a participação da sociedade civil como forma de tornar o debate em nível macro. Quanto à frequência em algum evento, revelou que no município de Santarém não esteve, e foi participante de eventos ainda enquanto acadêmica, há algum tempo. Contudo, expôs a importância de se discutir essas questões, considerando necessária a mobilização de toda sociedade, e acredita que o envolvimento inicia pelas universidades, por exercer o papel transformador através da educação.

Diante dos expostos nessa sequência, pôde-se perceber uma profissional de meia idade, que busca aprimoramento à formação profissional, atuante no espaço sócio ocupacional de forma considerada comprometida com o objeto do seu trabalho, dos procedimentos que contemplam a articulação com a Rede de Atendimento, pois mostra-se inteirada das movimentações necessárias nesse sentido e apresenta domínio quanto aos recursos técnico-operativos do Serviço Social no seu fazer profissional. Sua carga horária cumpre-se o previsto no art.5 do Código de Ética, em conformidade com a alteração instituída pela Lei N. 12.317, promulgada em 26 de agosto de 2010⁵. Em referência à instrumentalidade do serviço social, percebeu-se o conhecimento da assistente sobre os instrumentais que sua profissão apresenta, no entanto, a aplicação destes se dá de maneira técnica e acrítica.

Pôde se constatar uma dissociação entre o saber institucional e a dimensão profissional, pois há uma tendência a potencializar as ações e instrumentos requisitados pela instituição, como preenchimento de cadastro, entrevista estruturada e encaminhamentos padronizados, e não se identificou nas estratégias de intervenção do Serviço Social alguma ação articulada à mulher pelo recorte de gênero, raça e classe, considerado indispensável para assimilar singularidade da expressão social em sua totalidade e, sobretudo, judicializar os possíveis crimes associados à violência.

Outrossim, nota-se que a abordagem pós-atendimento se estende para além do âmbito do CREAM, quando acontece a visita domiciliar, sendo esta ação mais voltada ao princípio da matricialidade familiar. Todavia, as especificidades intrínsecas à mulher podem passar despercebidas, especialmente, em ambientes familiares, chefiados por homens conservadores, dado o incentivo e formalização de conceitos que as reduzam em meras executoras de “tarefas femininas”.

⁵ A Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, altera o artigo 5º da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993) e define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial.

No tocante ao ponto de vista profissional da assistente social, nota-se uma fala onde se expõe a necessidade de discussão quanto às especificidades intrínsecas à mulher negra em situação de violência intrafamiliar, mas pode-se perceber a inexistência de participação em eventos portadores dessa temática. Observa-se também a ação profissional, embora autônoma, direcionada a partir das determinações genéricas do equipamento, o que mostra possíveis eliminações da percepção das particularidades que compõe cada atendimento, bem como as características capazes de contribuir para uma intervenção considerada efetiva.

No que concerne à dificuldade apresentada na abordagem à mulher negra em situação de violência intrafamiliar, pode ser observada a partir da ausência de intervenção assinalando as especificidades que cercam essa expressão social, nota-se incompreensão quanto a historicidade, onde assinala a complexidade do processo declaratório, ao passo que este se edifica mediante entendimento político-social da sua identidade, construído a partir de ciclos de descobertas e assimilações, e, portanto, cada um à sua temporalidade. A história explica os motivos que podem tornar tardia a autodeclaração, por se tratar de uma formação mediante o processo das relações sociais, em um país onde a maior parte da sua população é negra, mas a representatividade não é coerente, tornando os padrões brancos determinantes de beleza, carreira e orientação social. Desta forma, quando se desconsidera essa particularidade, pode colaborar com a negação à mulher negra, de uma discussão necessária para o seu posicionamento frente as ocorrências presentes no seu cotidiano, bem como, da consciência política envolvida nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão ontológica do Serviço Social rege a atuação profissional, quando as ações se aproximam dos dispostos no Código de Ética profissional, bem como do princípio dos direitos fundamentais à pessoa humana. Este estudo objetivou analisar a atuação da Assistente Social no âmbito da intervenção e mostrou que o *ethos* profissional, bem como a instrumentalidade do Serviço Social, operacionalizadas no CREAM, identificam-se e respondem mais aos métodos institucionais do que à proporção técnico-operativa e ético-política do Serviço Social.

O estudo identificou o exercício profissional tecnicista com capacidade técnica operativa bastante dinâmica, mas no trato da questão do racismo, no processo de violência sobre a mulher negra, ainda prescinde de criticidade ética e política, para não

incorrer na naturalização dessa prática na sociedade. Por isso, a habilidade e competência técnica deve ser capaz de perceber as situações, envolvendo o crime racial para evitar o sub registro dessa prática criminosa.

É possível que quando as/os profissionais se tornam mais hábeis e competentes nos métodos institucionais haja fragilidade na intervenção, por não contemplar as particularidades dos fenômenos sociais. Quando se faz recorte da raça, percebe-se o aumento da violência a partir das expressões pejorativas direcionadas a ridicularizar a afirmação identitária da mulher e, por vezes, a mulher negra não considera este fator como um agravante para potencializar a ocorrência da violência, e isso contribui para o subregistro do racismo.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de discussão sobre gênero no âmbito do Serviço Social, rompendo com os significados estigmatizados, a fim de eliminar os reducionismos nas atuações, percebendo como a influência das vertentes opressoras direcionam a naturalização da violência contra a mulher negra.

Há que se considerar a dimensão do Serviço Social legitimada por um projeto societário, que visa a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação e considera a importância, significação e ressignificação das mobilizações sociais. Sinaliza aos/as Assistentes Sociais como um convite à uma participação que alcance a dimensão política de sua profissão, a fim de aperfeiçoar os recursos facilitadores para uma crítica, livre de concepções conservadoras, moralizadoras e excludentes.

REFERÊNCIAS

BARBUJANI, Guido. **A Invenção das Raças**. Traduzido por Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2007.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. In: ARAUJO, Annamaria da Silva. **Política Social Pública de enfrentamento a Violência Contra a Mulher: uma tentativa de Garantia dos Direitos Humanos das Mulheres**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas – Joinpp – Universidade Federal do Maranhão, 2011. Disponível em: www.joinpp.ufma.br Acesso em: 28 nov. 2017.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Feminismos Plurais. Belo Horizonte : Letramento, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade**: perspectivas contemporâneas. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana. Serviço Social, Lutas Feministas e Violência Contra a Mulher. **Revista Temporalis**, ano 14, n. 28, p. 95-112, jul./dez. 2014, Brasília (DF).

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da democracia racial**: um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermman, 2016.

WERNECK, Jurema. **“Ser mulher negra hoje no Brasil é sinônimo de luta”**. Disponível em: www.huffpostbrasil.com Acesso em: 25 nov. 2017

YASBEK, M. C. As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. In: POUGI, Lília Guimarães. **Violência de Gênero e Política de Assistência Social: as necessidades sociais de mulheres em situação de violência**. II Jornada Internacional de Políticas Públicas – Joinpp – Universidade Federal do Maranhão, 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br> Acesso em: 28 nov. 2017.